

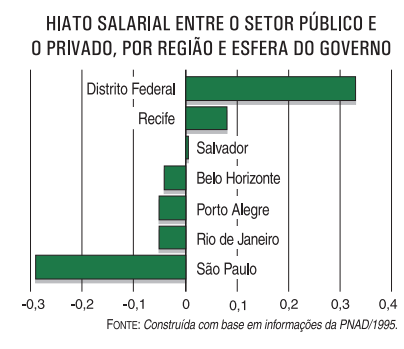
O setor público paga mais?

A resposta é não, pelo menos para as principais regiões metropolitanas do Brasil. Trabalhadores com o mesmo nível de instrução e experiência, da mesma idade, sexo e cor tendem a ganhar salários muito próximos, não importando se estão no setor público ou privado. Este é o caso das regiões metropolitanas de Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre e Rio de Janeiro. Em São Paulo, pessoas com características idênticas, no setor privado ganham, em média, 29% a mais do que no setor público. A situação é inversa no caso da região metropolitana de Recife e

do Distrito Federal. De fato, os salários dos servidores públicos em Recife são 8% maiores do que os da iniciativa privada, e no Distrito Federal, 33%. Estas são conclusões de um estudo que descreve, com base nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), como varia o hiato salarial entre traba-

lhadores no setor público e no setor privado por região e esfera do governo. Realizado pelo IPEA, em convênio com o Banco Mundial, o estudo desmistifica a crença de que os servidores públicos ganham mais.

(Página 3)



Indústria brasileira se desloca para cidades médias bem situadas

A desconcentração econômica iniciada nos anos 80 perdeu fôlego, mas prossegue. Quem mais vem perdendo é a indústria da área metropolitana de São Paulo e, também, a do Estado do Rio de Janeiro. O movimento é tão heterogêneo que tem provocado o surgimento de verdadeiras "ilhas" de produtividade dentro das próprias regiões, com destaque para o crescimento relativo das antigas periferias nacionais e para o novo status das cidades médias. Estas são as mais favorecidas, principalmente se têm infra-estrutura, ficam longe dos problemas crônicos das metrópoles e perto da malha de transportes.

É certo que determinantes tradicionais continuam a agir, inclusive face a uma estrutura industrial que continuará com elevado peso do complexo químico-metal-mecânico. A estes se somam novos impactos decorrentes

da reestruturação produtiva, que, pela experiência internacional, têm efeitos negativos sobre espaços antes industrializados. Parte da melhoria nos desequilíbrios regionais vem de efeitos negativos da reestruturação e abertura comercial nas áreas mais industrializadas.

Palavra de Carlos Américo Pacheco em *Novos padrões de localização industrial: tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial*. No texto para discussão que sairá brevemente, ele diz: "Estas tendências indicam uma certa continuidade da desconcentração em direção ao interior de São Paulo e principais estados do Sul e do Sudeste, e, até mesmo, para o Nordeste, no caso de indústrias intensivas em mão-de-obra, mas com padrões muito diferenciados setorialmente".

(Página 4)

CONGESTIONAMENTOS TRAZEM PREJUÍZOS PARA A SAÚDE E O BOLSO DA POPULAÇÃO

As condições gerais de trânsito podem, até, ser consideradas boas, em Juiz de Fora e em Brasília - apesar dos engarrafamentos das vias de acesso das cidades satélites para o Plano Piloto, nas horas de pico. João Pessoa, Porto Alegre e Curitiba ficam na média, pendendo para o lado dos que conseguem fluir melhor. Já em São Paulo, a situação é tão crítica quanto em Tóquio e com ela se identificam o Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte e Campinas.

O diagnóstico está publicado no relatório - síntese que traz os principais resultados e propostas do estudo *Redução das deseconomias urbanas com a melhoria do transporte público*, realizado pelo IPEA, em convênio com o Banco Mundial, parceria com a Associação Nacional de Transportes Públicos-ANTP, e apoio de instituições responsáveis pela gestão do transporte, do trânsito, do uso do solo e do meio ambiente urbano.

É preciso investir

O trabalho, que servirá de ponto de partida para estudos ainda mais profundos e abrangentes, começou há cerca de um ano. Foi feito em rede de instituições das dez cidades, quantifica impactos dos congestionamentos e propõe políticas para reduzir esses impactos na economia urbana. Dá conta dos custos da poluição, dos ônibus em excesso e do desperdício de tempo, combustível, dinheiro e vida.

Os resultados geraram propostas amplamente debatidas por autoridades e especialistas da área, em seminários como o que foi realizado no final de maio, na sede do IPEA em Brasília. Dos consensos, destacamos dois. Primeiro, é preciso investir em transportes públicos para acabar com o desperdício de tempo e energia causado pelos congestionamentos do trânsito das cidades brasileiras. É preciso, também, reordenar o uso do espaço urbano, integrando planejamento urbano e transporte.

(Página 2)

Paulistas são os que mais perdem tempo e dinheiro no trânsito

Grande parte do sistema viário de São Paulo se encontra saturado. A velocidade média ponderada dos automóveis no pico da tarde é de apenas 17km/h. Com isso, os paulistas ficam presos no trânsito mais da metade do tempo que gastam para voltar para casa. Uma situação que pode se agravar, se os que não saem devido aos congestionamentos resolverem sair. Ou seja, a demanda reprimida é bastante elevada. Mantido este quadro, os ônibus não parecem ser a solução. Circulam também a menos de 20 km/h e levam tempo 37% superior ao necessário para o deslocamento. Isto exige aumento da frota, com custos repassados para as passagens e que vão pesar no bolso do usuário. Para completar o quadro, os efeitos da poluição geram um outro custo a ser pago por quem é usuário, ou não.

Sinal verde para Brasília

Quem consegue mais velocidade são os brasilienses: 44km/h, na média. Não perdem sequer 8% do tempo necessário em suas idas e vindas. Engarrafamentos já ocorrem em alguns pontos, nos picos. No entanto, mesmo nestes horários, 68% das vias estão ociosas. Em Juiz de Fora não é muito diferente. A hora do *rush* não significa mais do que 7% de tempo perdido, mas obriga a desacelerar: a média cai para 31 km/h. Nas duas cidades, os ônibus vão mais devagar. Não passam dos 20km/h. Em compensação, o tempo médio gasto na

viagem só aumenta, no máximo, em torno de 5%. Mesma situação de Porto Alegre e Curitiba, onde, no caso dos automóveis, a média da velocidade (entre 22km/h e 28km/h) é baixa e o percentual de vias congestionadas (entre 26% e 34%) também. Perfil semelhante tem João Pessoa, que, em termos de ônibus, fica mais

Belo Horizonte e Campinas.

As desconomias totais

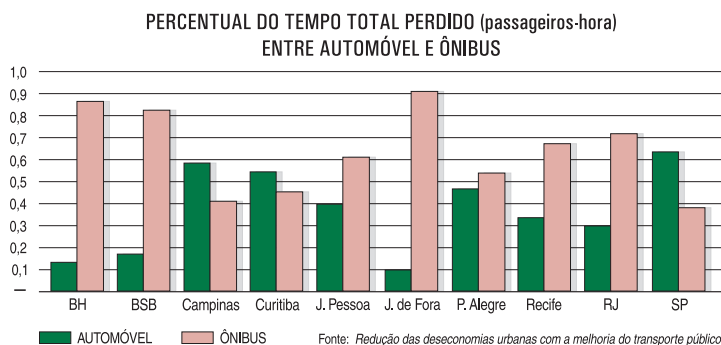
“Em termos gerais, as condições desfavoráveis de trânsito levam a quatro desconomias principais”, resume Iêda Lima, coordenadora do estudo, adiantando:

– Nas dez cidades estudadas, os usuários de automóveis desperdiçam cerca de

240 mil horas/ano nos congestionamentos; o consumo de gasolina aumenta 200 milhões de litros/ano e o de diesel 4 milhões de litros/ano. Para manter uma certa regularidade das viagens, são necessários mais ônibus em circulação, em percentuais que variam de 0,6% (Campinas) a 30% (São Paulo). Somente nessas 10 cidades pesquisa-

das, a desconomia anual é de cerca de 500 milhões de reais. Em 90% dos casos, os automóveis respondem pelo aumento do consumo de combustíveis e da poluição – e as pessoas que usam automóveis ocupam, em média, 23 vezes mais espaço que uma pessoa no ônibus, no mesmo período do dia.

O coordenador-geral de Política Urbana do Ipea, Ricardo Lima, arremata: “O que o estudo pretende é oferecer subsídios para a definição de políticas que privilegiem o transporte público para evitar que o problema se acumule”.



próxima das outras capitais: menos de 20km/h e tempo em excesso variando de 10% a 37%.

Alerta para o Rio de Janeiro

Mais ou menos 30% de tempo a mais de viagem é quanto levam os cariocas para chegarem em casa depois do trabalho. A velocidade média dos carros é de 23km/h, enquanto a dos ônibus não passa dos 17 km/h – média de velocidade das mais baixas. Os congestionamentos comprometem quase a metade das vias da cidade – média das mais altas encontradas. Uma situação similar foi observada em Recife,

RESUMO DA MONETARIZAÇÃO ANUAL DAS DESECONOMIAS – TOTAL (R\$)

Cidade	Tempo	Consumo Combustível	Poluição	Sistema Viário	Total Geral
BELO HORIZONTE	14.908.654,4	3.352.711,9	912.707,4	3.399.198,8	22.573.272,5
BRASÍLIA	1.324.902,4	356.610,4	68.375,7	6.317.640,0	8.067.528,5
CAMPINAS	2.130.349,1	2.410.340,2	619.264,8	2.672.887,5	7.832.841,6
CURITIBA	1.875.207,1	1.456.021,6	390.711,3	197.995,5	3.919.935,5
JOÃO PESSOA	599.691,2	360.599,7	97.086,2	1.696.158,0	2.753.535,1
JUIZ DE FORA	585.774,4	97.404,3	29.812,1	-	712.990,8
PORTO ALEGRE	2.080.322,6	1.523.762,7	406.570,2	1.090.631,3	5.101.286,8
RECIFE	1.679.640,3	812.702,4	229.416,4	1.624.950,0	4.346.709,1
RIO DE JANEIRO	43.167.098,4	21.164.612,6	5.528.917,0	2.844.180,0	72.704.808,0
SÃO PAULO	125.613.892,5	115.056.701,2	28.814.770,6	76.610.648,3	346.096.012,6
TOTAL	193.965.532,4	146.591.467,0	37.097.631,7	96.454.289,1	474.108.920,5

Visor IPEA, ISSN 1415-4862, é uma publicação mensal do

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

SBS - Qd. I/Bl. J - Ed. BNDES/11º and. - 70076-900 - Brasília/DF
Tel.: (061) 315-5276 Fax: (061) 223-5282

Av. Pres. Antonio Carlos, 51/16º and. - 20020-010 - Rio de Janeiro/RJ
Tel.: (021) 220-7679 Fax: (021) 240-0576

Internet <http://www.ipea.gov.br> - E-mail: visor@ipea.gov.br

EDITORA Shirley Soares (Reg. Prof. n.º 12.466 MTb-RJ)

EDITORAÇÃO Weissenberg

Foram utilizados dados disponíveis até 22/06/98

Permitida a transcrição total ou parcial de matéria publicada, desde que citada a fonte **Visor IPEA**.

Ganha mais quem é do serviço público do DF ou do setor privado de São Paulo

A maior diferença salarial entre trabalhadores com características idênticas (nível de instrução, experiência, idade, sexo e cor) se encontra no Distrito Federal, onde a situação é francamente favorável no setor público. Esta diferença é maior ainda se forem considerados apenas os servidores federais da Capital: passa de 33% para 51%. Na verdade, quem trabalha em outro nível de governo, em Brasília, ou ganha igual ou menos dos que estão no setor privado. O mesmo não acontece em Recife, a outra região cuja diferença é também de 51%, em termos de administração federal. Quem trabalha no estado recebe 35% a mais do que na iniciativa privada, que paga salários equivalentes aos do município.

As maiores remunerações do setor privado são oferecidas em São Paulo. Neste caso, quem trabalha no estado sai perdendo 31% e no município, 41%. Só

ganham os servidores federais e, mesmo assim, a diferença de 17% é a menor encontrada para este segmento no estudo que está sendo divulgado pelo IPEA.

Avaliando o mercado

Uma avaliação do mercado de trabalho pôde ser feita a partir da análise de qual seria o ganho salarial de um servidor público típico de São Paulo nas outras regiões metropolitanas, considerando tanto o setor público quanto o privado. Para este servidor, as melhores situações estariam no setor público do DF (+43%) ou no privado de São Paulo (+29%). As piores estariam em Recife, tanto na iniciativa privada (-51%), quanto no setor público (-42%).

É bom lembrar que todas estas contas consideram pessoas com o mesmo nível de instrução e experiência, cor e sexo, enfatiza Rosane Mendonça, que assina o trabalho com Ricardo Barros, Miguel Foguel e Indermit Gill.

ESTRATÉGIA DO COMUNIDADE SOLIDÁRIA MOSTRA RESULTADOS

A avaliação da estratégia do programa Comunidade Solidária em municípios selecionados, realizada em parceria do Ipea com o Ibam, acaba de ser concluída. O estudo mostra que os municípios pesquisados foram favorecidos pela simplificação dos mecanismos de gestão garantida pelo “selo de prioridade” e que os programas sociais foram efetivamente implementados, tendo sido considerados indispensáveis no combate à fome e à pobreza.

Ação articulada

O estudo dá notícias de que a rede articulada de organizações envolvendo órgãos ministeriais, parceiros e interlocutores se encontra em fase de consolidação; sistemas de acompanhamento estão sendo implementados; não há duplicação de ação nas esferas estaduais e municipais; a descentralização é uma realidade, pois as prefeituras cuidam da maioria dos programas; e os conselhos municipais do Programa de Distribuição de Alimentos – Prodea, têm atuação marcante e se constituem canal privilegiado de efetiva participação social.

Os resultados da pesquisa também indicam que para fortalecer a estratégia nos municípios é necessário capacitar a rede de interlocutores e gestores para a coordenação e integração das ações em nível local e na articulação de ações que favoreçam a implementação de programas, como os de manutenção e conservação das estradas vicinais e de geração de energia.

Perfil dos mais pobres

Todos os municípios selecionados pelo Programa Comunidade Solidária, em 1996, ano a que se refere a avaliação, são de pequeno porte, têm atividade essencialmente rural e população média de 4,5 mil famílias, com 78% dos chefes ganhando menos de dois salários-mínimos (contra 60% da média nacional). Os 20% de analfabetos na faixa dos 15 aos 19 anos de idade também ultrapassavam – em oito pontos percentuais – a taxa do país como um todo. Foram tais características que os credenciaram a participar da estratégia do Programa Comunidade Solidária.

Em 1996, o Programa aplicou cerca de R\$770 milhões nos municípios prioritários, incluindo as capitais. Tal montante significou, em média, aplicação de R\$374 mil por município de pequeno porte (1.084 cidades) e R\$13,6 milhões por capital, sendo que estas concentram parte importante das famílias indigentes do país (12%).

Rede Ipea abre novo espaço para a Anpec

A parceria do Ipea com a Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec) é o tema do artigo de Fernando Rezende no número 3 da *Revista Anpec*. Tudo começou com o Programa Nacional de Pesquisa



Econômica (PNPE), criado para estreitar relações de um instituto de pesquisa aplicada, vinculado ao governo, com os principais centros acadêmicos do país. Veio a crise da primeira metade destes anos 90 e lhe tirou o fôlego, que começa a ser recobrado. A implantação da Rede Ipea serve de exemplo dessa retomada. Seus objetivos são similares aos de 20 anos atrás, quando foi criado o programa: melhorar a base de informações disponíveis sobre a realidade socioeconômica brasileira, ampliar estudos e análises

sobre o desenvolvimento e promover o debate nacional sobre dificuldades e soluções. Mas a Rede Ipea não substitui o PNPE. Dá-lhe novo alento. E abre espaço para a Anpec reforçar o seu papel de agregadora dos centros de excelência em economia e de fórum privilegiado de debates que enriquecem idéias e busca de soluções para aproveitar melhor o potencial do país.

Os números 3 e 4 da *Revista Anpec* acabam de ser liberados e estão disponíveis nas bibliotecas e livrarias do Ipea, em Brasília e no Rio de Janeiro. Na pauta, assuntos tais como um projeto nacional para participar do mercado mundial, Mercosul, integração européia, *deficit* externo, mercado de trabalho, agricultura e econometria.

Dinâmica regional aponta para continuidade da tendência de desconcentração

Estados e municípios lançam mão de programas arrojados para atrair investimentos. Agem motivados pelas mudanças no padrão de localização da atividade produtiva e, ao mesmo tempo, delas se tornam agentes. É inegável que a maior agressividade dos menos industrializados reforça essa trajetória de desconcentração. Por isso mesmo, estudar as tendências regionais recentes da indústria a partir das informações disponíveis de emprego e produção e analisar o perfil dos investimentos projetados para os próximos anos é o objetivo principal do trabalho de Carlos Américo Pacheco, que será publicado pelo Ipea.

Diferentemente dos anos 70, os anos 80 e o início dos anos 90 foram marcados por instabilidade e baixo crescimento. O produto real da indústria de transformação, em 1985, é 2,3 vezes maior do que o de 1970 – resultado da expansão da década de 70 – e apenas 1,2 vezes menor do que o de 1997 – resultado da retração de 1990-1992 e dos aumentos modestos da produção física no período mais recente. Tudo isso se reflete na produção corrente, cuja desconcentração pode ser debitada ao ritmo menor de crescimento das indústrias paulista e fluminense, bastante suscetíveis aos efeitos negativos da queda de investimentos privados: nos anos de relativa recuperação, o ritmo fica aquém do observado nas demais Unidades da Federação e, nos de recessão, é mais afetado pelos impactos negativos.

Questões setoriais e de emprego

Pelos censos industriais disponíveis, Rio e São Paulo vêm perdendo participação no total do pessoal ocupado na indústria de transformação. De 1970 a 1985, todos os demais estados e regiões pesquisados apresentam ganhos relativos. Menos Pernambuco. Daí até 1994, São Paulo e Rio continuaram a diminuir o seu peso no pessoal empregado na indústria, desta vez devido a quedas ainda mais bruscas nos índices de ocupação como um todo. Os destaques positivos de então ficaram

com Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Centro-Oeste e Espírito Santo, e os negativos, com Pernambuco e Bahia.

Do ponto de vista dos dados da Rais e da Caged, feitas as contas, São Paulo e Rio perderam 6,5 pontos percentuais no total do emprego industrial do País entre 1970 e 1985 e outro tanto de 1986 a 1996. No que se refere à produção física industrial, os dados disponíveis para o período de 1985 para cá corroboram a visão de uma continuidade da desconcentração: “Mas, é difícil identificar, sobretudo depois de 1993, alguma regularidade mais evidente de comportamento, inclusive no âmbito setorial, capaz de orientar a estruturação de um novo padrão locacional”. Entre 1985 e 1997, São Paulo não conseguiu atingir a média nacional, acumulando perdas sensíveis em vários setores. Ao contrário, no Sul, as taxas de todos os gêneros ficaram, no mínimo, na média, também ultrapassada pela maioria dos setores da indústria mineira. Nestes

mesmos 12 anos, no Nordeste apenas química, metalurgia e material elétrico e de comunicações se situaram acima da média nacional de expansão da produção física.

Novos investimentos

As hipóteses centrais do estudo apontam para mudanças expressivas nos próximos anos, com as intenções de investimentos reafirmando a tendência para a desconcentração. Ao lado de segmentos voltados para o mercado interno (automotivo, alimentos, têxtil, bebidas etc), cuja demanda aumentou com a estabilização, grande parte do aumento previsto da capacidade instalada tem a ver com bens intermediários (química, extrativa mineral, metalurgia, papel e celulose e minerais não metálicos). Quase a metade delas está voltada para o Sudeste, que deve ficar com cerca de 2/3 dos valores desses investimentos. Nesta análise, São Paulo sai perdendo dentro da própria região.

Já o Nordeste concentra os investimentos em calçados, vestuário e têxtil (Ceará e Paraíba, em especial) e em material elétrico, móveis, papel e celulose, instrumentos hospitalares e material plástico; o Sul e o Sudeste detêm as atenções nos segmentos mais importantes da metal-mecânica, como máquinas e equipamentos, autopeças e veículos automotivos; Manaus e São Paulo ficam com a parte de eletrônica e material de comunicações, enquanto São Paulo divide com o Espírito Santo a de informática; no que se refere à química, os investimentos se distribuem em função dos pólos já existentes no Sudeste, Nordeste (Bahia) e Sul.

Uma breve análise sobre as intenções de investimento indica desconcentração em segmentos como calçados, têxtil e, em menor grau, alimentos e bebidas; desconcentração concentrada – limitada a estados adjacentes ao núcleo paulista, especialmente Paraná e Minas Gerais – na metal-mecânica; forte concentração em telecomunicações e informática – com destaque para São Paulo, e poucas mudanças na distribuição regional de gêneros como química e siderurgia.

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO VALOR DOS NOVOS INVESTIMENTOS

ATIVIDADE PRINCIPAL	NO	NE	SP	SE-SP	SU	CO	BR
MAT. ELETRÔNICO E COMUNIC.	39,1%	1,9%	49,1%	9,8%	0,0%	0,0%	100,0%
METALÚRGICA	23,0%	6,6%	21,0%	48,9%	0,4%	0,0%	100,0%
MATERIAL DE TRANSPORTE	49,4%	9,2%	0,0%	34,1%	0,0%	7,4%	100,0%
PAPEL E CELULOSE	14,4%	40,7%	13,5%	10,5%	20,9%	0,0%	100,0%
INSTRUMENTOS HOSPITALARES	10,0%	25,5%	57,7%	0,0%	6,8%	0,0%	100,0%
TOTAL	7,0%	18,6%	28,8%	35,8%	9,3%	0,6%	100,0%
EXTRATIVA MINERAL	2,0%	0,3%	0,1%	97,2%	0,0%	0,4%	100,0%
INFORMÁTICA	1,3%	1,1%	56,8%	40,8%	0,0%	0,0%	100,0%
MINERAIS NÃO METÁLICOS	1,0%	41,2%	40,0%	11,9%	5,8%	0,0%	100,0%
AUTOPEÇAS	0,8%	1,4%	70,9%	18,5%	8,5%	0,0%	100,0%
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	0,5%	16,1%	33,6%	34,3%	5,7%	9,8%	100,0%
PRODUTOS QUÍMICOS	0,3%	22,8%	40,6%	21,3%	15,1%	0,0%	100,0%
TRATORES E MAQ. AGRÍCOLAS	0,0%	0,0%	72,2%	0,0%	25,1%	2,8%	100,0%
PRODUTOS TÊXTEIS	0,0%	69,6%	13,7%	16,0%	0,0%	0,7%	100,0%
VESTUÁRIO	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
CALÇADOS E ARTEF. DE COURO	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
MÓVEIS E INDÚSTRIAS DIVERSAS	0,0%	68,4%	0,0%	31,6%	0,0%	0,0%	100,0%
MATERIAL ELÉTRICO	0,0%	60,1%	0,0%	12,5%	27,4%	0,0%	100,0%
MATERIAL PLÁSTICO E BORRACHA	0,0%	33,7%	47,8%	2,0%	16,5%	0,0%	100,0%
EDITORIAL E GRÁFICA	0,0%	18,4%	13,2%	68,4%	0,0%	0,0%	100,0%
PRODUTOS DE MADEIRA	0,0%	32,7%	67,3%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	0,0%	16,0%	44,9%	7,4%	31,7%	0,0%	100,0%
ELETRDOMÉSTICOS	0,0%	19,9%	80,1%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
BEBIDAS	0,0%	36,3%	5,9%	43,0%	14,8%	0,0%	100,0%
FUMO	0,0%	0,0%	0,0%	64,1%	35,9%	0,0%	100,0%
VEÍCULOS AUTOMOTORES	0,0%	0,0%	63,0%	21,0%	15,9%	0,0%	100,0%
RECYCLAGEM	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%

FONTE: Min. da Indústria, Comércio e do Turismo, Sec de Política Industrial, Brasil: Oportunidades, Intenções e Decisões de Investimento. • OBS.: Excluídos os investimentos que não declararam a UF de implantação.